



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150777 - MG (2021/0230658-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : LEONARDO MARTINS PEREIRA  
**ADVOGADO** : EDUARDO CASELATO DANTAS - MG103489  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : EDERSON BUENO FELIX  
**CORRÉU** : MONIQUE ALINE CARVALHO BUENO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LEONARDO MARTINS PEREIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.037685-1/000).

O recorrente foi denunciado, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/2013; 333 do Código Penal; e 96 da Lei n. 8.666/1993, por três vezes.

Sustenta o insurgente a ausência de justa causa para a instauração da ação penal, por inépcia da denúncia e carência do lastro probatório, sendo devido o trancamento do feito.

Alega a inépcia da denúncia, aduzindo que é genérica e não foram descritas de maneira satisfatória as elementares do tipo penal, em manifesta violação do art. 41 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, o trancamento da ação penal. No mérito, pugna pelo provimento do recurso, a fim de que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 1260/1265):

*No caso em apreço, verifico que há indícios de autoria e prova da materialidade, bem como que a demonstração preliminar de tipicidade, ilicitude e culpabilidade, necessários no presente momento processual, resta suficientemente demonstrada pelos elementos constantes dos autos. Nesse sentido, extraí-se da denúncia e da investigação levada à cabo pelo GAECO que o paciente teria, em tese, se unido aos corréus Monique Alves Carvalho Bueno e Ederson Bueno Felix, bem como aos envolvidos "Fernando" e "Andrezinho", de maneira estruturada, com divisão de tarefas, visando obter vantagem comerciais, mediante a prática de corrupção ativa e de fraudes licitatórias. O modo de atuação da suposta organização criminosa, delineia - se pela apresentação de*

*proposta economicamente vantajosa aos municípios, com a posterior entrega de produtos com qualidade inferiores às contratadas. Narra-se que tal conduta foi perpetrada contra a Fazenda Pública de Lavas, Leopoldina e Brás Pires. Conta, também, que o grupo criminoso teria oferecido vantagem indevida à servidores públicos do município de Manaus/AM.*

*Pois bem.*

*A despeito da fundamentação defensiva, também entendo que todas as elementares dos tipos penais imputados ao paciente restaram suficientemente descritas na peça acusatória.*

*[...]*

*Diante do exposto, não há pronta demonstração da alegada violação ao art. 41 do Código de Processo Penal, à medida que a denúncia oferecida em desfavor do paciente, a princípio, expõe regularmente os pretensos fatos criminosos e suas circunstâncias, a qualificação dos réus, a classificação do crime e o rol de testemunhas.*

*Frise-se que, tendo em vista os próprios requisitos para a deflagração da ação penal, para o recebimento da denúncia basta a demonstração de indícios de autoria e prova de materialidade, o que, conforme exposto acima, faz-se presente no caso em tela.*

*Ademais, a redação da exordial acusatória não impossibilita o exercício da defesa do paciente, que dispõe de mecanismos processuais para se responder às acusações contra si realizadas pelo órgão ministerial e produzir provas tendentes à demonstração da alegada ausência de autoria.*

*Por fim, não verifico de plano a presença de nulidades absolutas a partir dos documentos que instruem esta ordem, mormente porque, no caso em apreço, o denunciado se encontra em liberdade. Portanto, no que se refere à aventada violação à paridade de armas nos autos de origem, entendo que tal constatação demandaria maior revolvimento probatório, o que é vedado pela estreita via deste remédio constitucional.*

*Isso, frisa-se, não prejudica dissertações mais aprofundadas sobre o tema a serem feitas em outro momento, pelos meios adequados.*

*Destarte, não vislumbro a submissão do paciente a flagrante constrangimento, que decorra de ato ilegal, abuso de poder ou teratologia, sanável pela via do habeas corpus, mormente por se encontrar aguardando, em liberdade, o processamento e julgamento da ação penal de origem.*

*Ante o exposto, denego a ordem.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência